



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Regional Mato Grosso

Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**51º ASSEMBLEIA REGIONAL DO MATO GROSSO
O MODELO PRODUTIVO DO MATO GROSSO
21 A 25 DE JULHO DE 2025**

O CIMI MT, em sua 51ª Assembleia, reafirma seu compromisso com a luta pelo território e o Bem-Viver dos Povos Indígenas. Estes, com seu jeito próprio de ser, em harmonia com a Natureza e com os seres sobrenaturais, são vistos pelo Capitalismo como ameaça, por sua capacidade de reprodução de sua existência fora do sistema, através da soberania alimentar, cultural, organizacional e espiritual.

Os detentores do capital, para manter suas fortunas, geram crises, para oferecer falsas soluções monetárias, que se tornam novas frentes de dominação, apropriando-se dos territórios, por meio da estrangeirização das terras e dos grandes projetos como os de mineração. Transformam a água em mercadoria, a terra em ativo financeiro, os alimentos em commodities, o ar puro em créditos de carbono. Esse sistema envenena as águas, encarece os alimentos e tornam a reprodução da existência de indígenas e camponeses cada vez mais difícil.

O agronegócio brasileiro se apropria do Estado, recebendo subsídios, como isenção de impostos e outros benefícios cujos valores ultrapassam a receita gerada para a composição do Produto Interno Bruto.

As ações do Congresso Nacional, principalmente através de leis e iniciativas legislativas, atacam e desrespeitam a Constituição, em seus artigos que garantem terra aos Indígenas e comunidades tradicionais, possibilitam o aumento do uso de agrotóxicos e agravam a degradação da natureza. Através da mídia, manipulam dados para iludir a população em geral, apresentando-se como salvadores da economia nacional.

O CIMI MT insiste que o Supremo Tribunal Federal cumpra sua missão institucional e declare a inconstitucionalidade da Lei 14701, que aumenta a insegurança jurídica e a violência contra os Povos Indígenas. Repudia o PL da devastação e todas as tentativas de expropriação dos territórios originários, entendendo que a garantia dos Direitos Indígenas e dos Direitos da Natureza é essencial para o Bem-Viver.

Com os Povos Indígenas e impulsionados pelo Evangelho de Jesus que veio para que todos tenham vida plena, com a lei, sem a lei, apesar da lei ou contra a lei”, atentos, articulados e mobilizados, continuaremos a resistir e a lutar.

Cuiabá, 25 de julho de 2025.